



Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 156ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Jurandir Messias.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otásio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Maurício Fruet.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 123/75, veto aposto ao Projeto de Lei nº 137/74, de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, um rolo compressor marca Muller Tander ano 1962. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 18, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 133/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 157ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Basílio Zanusso.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel,

Fidelcino Tolentino, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otásio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Maurício Fruet (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o douto plenário, seja consignado voto de louvor ao Canal 4 — Televisão Iguaçu, por levar imagem em cores e de primeira qualidade, ao Oeste do Paraná, através de moderno sistema de transmissão.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o plenário, seja dirigido ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, apelo no sentido de que seja instalado, na sede do distrito de Boa Esperança do Iguaçu, município de Dois Vizinhos, um posto de saúde.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1 — O distrito de Boa Esperança do Iguaçu é um dos mais populosos do município de Dois Vizinhos.

2 — O atendimento de tal Posto poderá vir a ser feito com o próprio pessoal técnico da unidade sediada no Distrito de Foz do Chopim.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve,

requer, ouvido o plenário, o envio de expediente ao Governador Jayme Canet Júnior, formulando apelo para que sejam determinadas providências junto às Secretarias de Saúde e de Segurança e, junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, no sentido de RESGUARDAR A INTEGRIDADE FÍSICA E OS DIREITOS DOS MORADORES do edifício "Independência", localizado na Praça Tiradentes, número 360, nesta Capital.

Outrossim, que o Sr. Governador determine a abertura de sindicância para apurar responsabilidades e punição dos culpados, bem como ordenar como medida de emergência a interdição do referido prédio. No contexto das irresponsabilidades, poderá estar configurada também, ou tão somente, a CULPABILIDADE DO PODER PÚBLICO.

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado foi procurado por cidadãos que residem no mencionado edifício e, tomou conhecimentos de abomináveis fatos que deverão estar ocorrendo, violentando os SAGRADOS DIREITOS HUMANOS. Para melhor situar o problema, eis os fatos em tópicos:

1 — A água servida nos apartamentos, além de altamente poluída, pois está exposta, é muito escassa;

2 — Não possui a mínima segurança contra incêndio. A rede elétrica está exposta, tendo sido ligada por elementos ligados à administração do prédio, contrariando normas da Copel; apresenta alta periculosidade de incêndio;

3 — Inexistência de elevador, apesar do prédio comportar atualmente 16 andares;

4 — Construído inicialmente para suportar 4 andares, depois de sofrer algumas mudanças, subiu para 12 andares e, atualmente, está com 16 andares;

5 — A Imobiliária Asa, empresa localizada na Av. Mal. Floriano, 228, é a administradora do Edifício. Apesar de haver recebido aluguéis, tem se negado a firmar os devidos contratos de locações, não obstante, tenha autorizado o habite-se;

6 — Apesar do prédio não estar concluído, o proprietário do edifício já está explorando comercialmente o empreendimento há cerca de 3 meses, tendo alugado 8 kitnetes, onde moram 25 pessoas. Tanto ele, como a própria Imobiliária Asa, têm usado métodos condenáveis no entendimento com os locatários.

Diante destas informações, acreditamos justificar a medida governamental, pois, em última análise, se configura grave irresponsabilidade prefetural. Os nossos códigos de postura foram violentados, de maneira clara pelo proprietário e administradores desse edifício, comprometendo profundamente a SAÚDE, A SEGURANÇA E A TRANQUILIDADE dos moradores do edifício mencionado.

Em defesa dos interesses e direitos legítimos da nossa gente, acreditamos que o Sr. Governador Jayme Canet Júnior tomará providências imediatas e enérgicas para colocar fim a tão espúria exploração.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer após ouvido o plenário, levando em consideração que o edifício "Independência", localizado à Praça Tiradentes, número 360, já está ocupado por diversas famílias há aproximadamente 90 dias, e que, gravíssimas irregularidades poderão estar ocorrendo, colocando em risco a integridade física das pessoas que habitam o prédio, comprometendo a saúde, a segurança e a tranquilidade daquelas famílias, como também, poderá o edifício poder estar ameaçado por incêndios ou desmoronamento, o que, em virtude dos seus 16 andares, deverá atingir proporções

trágicas; que seja enviado expediente ao Prefeito Saul Raiz, solicitando as seguintes informações:

1 — Se de acordo com o Código de Posturas e outras Cartas Legais do Município, informar-se esse prédio obedeceu todos os requisitos legais;

2 — Informar as características do projeto (quantidade de andares, capacidade de elevadores, sistemas elétricos, prevenção de incêndios, rede de água e esgotos, etc);

3 — Informar se foram realizadas as devidas fiscalizações para observar o cumprimento do projeto;

4 — Esclarecer se foi expedido pela Prefeitura o habite-se para ocupação do edifício.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 124/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Sindicato Rural de Astorga", com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Pela leitura dos Estatutos, cuja certidão anexamos ao presente, se infere que o "Sindicato Rural de Astorga" atende os requisitos exigidos pela lei reguladora da matéria, para ser declarado de utilidade pública. Daí a apresentação, à consideração da Casa, do presente projeto de lei, que esperamos ver aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando vemos colegas desta augusta Casa fazerem críticas fundamentadas no que concerne à atuação dos Srs. Juizes de Direito do hinterland paranaense, sentimo-nos na obrigação de, com a devida vênia, encaminharmos por intermédio desta douta Assembléia, ao Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, uma petição no seguintes termos: (Lê):

— (A matéria lida não foi encaminhada à Divisão de Taquigrafia).

Sr. Presidente, pedimos vênia para encaminhar, por intermédio da Mesa, porque aquele Juiz de Curitiba vem usando e abusando do poder, no momento em que estamos ao lado do povo para que se pratique a justiça e para que a justiça seja resguardada de acordo com o que manda a Constituição de nosso Estado. — (Em revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel, segundo orador inscrito.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após grande dedicação no estudo, na elaboração, de um trabalho sério e bem intencionado, cujo encaminhamento a esta Casa se deu há alguns dias, visando a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito para Educação e constituída esta com a indicação dos membros de ambas as bancadas políticas, representadas nesta Casa Legislativa, vamos tecer algumas considerações.

Queremos nesta oportunidade, registrar o nosso descontentamento, o nosso protesto, ao partido governista que, sendo majoritário, não sente, não vê e não sabe que o seu direito vai até onde começa o direito da bancada minoritária, ou o direito do partido opositor, nesta Casa Legislativa.

O Sr. Jayme Canet Junior, pelo anunciado, foi também consultado e teve participação ativa na decisão anunciada pelo Líder governista de que a sua bancada não abrirá mão da indicação do Presidente e do Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vai por terra a tradição, a praxe e o respeito à moral que todas as casas parlamentares brasileiras têm, até o dia de hoje, feito constituir todas e quaisquer comissões parlamentares de inquérito, oferecendo plenas condições para a realização de seu trabalho, entregando as funções que realmente participam na condução, no encaminhamento, de uma CPI.

Teria o partido governista, atemorizado, acovardado e encolhido, como se apresentou, levado pelo temor que um trabalho sério viria mostrar ao Paraná e ao Brasil, uma das grandes vergonhas nacionais, dentro, presente, na Educação do Estado do Paraná.

Não presta, a bancada majoritária, nesta Casa, um serviço ao Governo, ao Estado, ao Magistério. Pelo contrário, condena a Educação paranaense e a percorrer, permanentemente, o mesmo quadro negro que ela permanece há muitos anos, abandonada, relegada a um segundo plano.

A decisão da bancada governista, apoiada, acobertada, com a participação do Sr. Governador do Estado, e certamente também a do Sr. Secretário da Educação e Cultura, mancha a cultura do Estado, desguarnea, desrespeita, o direito de uma bancada parlamentar aqui representada.

E viremos, tendo o trabalho iniciado na CPI, fazer as denúncias que julgarmos necessárias. Percorreremos as cidades do Paraná, anunciando, ao Magistério, as posições do partido governista, que ferem, profundamente, os altos interesses da Educação no Paraná, objetivos esses que nos levaram a pedir a constituição da CPI.

Vemos mesmo chegado o momento do MDB passar a devolver o desrespeito que tem tido nesta Casa.

O partido do Governo, numericamente majoritário aqui nesta Casa, na verdade, dado o desencanto da atuação de seus representantes, se faz minoritário. Depende das decisões sadias dos homens que engrossam as fileiras do MDB que sempre decidiram pelo benefício do Estado, pelo benefício do povo paranaense. Quando a primeira oportunidade surge para que o partido governista não acione sua bancada como um rolo compressor, eles sem ter mais preocupação, massacram uma oposição que hoje está fortalecida no Estado do Paraná, desmantelam toda uma equipe que se preparou para realização de um trabalho sério.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que está esgotado o tempo e concede mais um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. DEL CIEL — Agradecemos a V. Exa. Mas, como dizíamos cai por terra a intenção e o desejo de todos nós, com um trabalho sério, apresentar o saneamento para as gritantes irregularidades no setor educacional do Estado do Paraná.

Respeitamos a cada um de nossos companheiros do outro partido político, da ARENA, que foram indicados para a CPI. Estarão eles sendo "objetos" também da intenção do governo e da liderança da ARENA nesta Casa e do Sr. Secretário da Educação e Cultura, que acabaram de assinar o atestado de comprometimento, a confirmação de que a situação é negra e se agrava a cada dia que passa, no setor educacional do Paraná.

Retornaremos oportunamente, para focalizar outro aspecto desse mesmo tema.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fugindo um pouco do assunto e talvez procurando entender algumas expressões que me parecem não muito bem apro-

priadas a companheiros desta Casa Legislativa, me permito ocupar esta tribuna para abordar o assunto que havia, efetivamente, me disposto a fazê-lo nesta tarde.

Refiro-me a pronunciamento e a requerimento que apresentamos nesta Casa Legislativa no início de seus trabalhos deste ano, e especificamente com referência a pavimentação asfáltica da estrada que liga Primeiro de Maio a Sertanópolis, municípios esses que representamos nesta Casa de Leis e, também, com referência ao acesso asfáltico no município de Castro. Foram reivindicações que apresentamos por esta tribuna, merecendo o apoio desta Casa e, posteriormente, encaminhando à Secretaria dos Transportes do Paraná.

E é justo que assim como reivindicamos, e é justo como muitos comentários têm sido feito a respeito da não existência de determinadas estradas que, também, se preste contas, desta tribuna, hoje, para que possamos transmitir a nossa satisfação e o nosso agradecimento ao Secretário de Transportes do Paraná por haver determinado o início imediato da pavimentação asfáltica da estrada que liga Primeiro de Maio a Sertanópolis, inclusive já com o deslocamento da campanha vencedora da concorrência para que, na próxima segunda feira, seja iniciada a partir de Primeiro de Maio a estrada asfaltada, unindo Primeiro de Maio a Sertanópolis, e, na mesma ocasião, o início da pavimentação do acesso do município de Castro, a PR-11, a sede daquele município.

Ainda do Sr. Secretário dos Transportes recebemos a confirmação de que com referência a estrada que liga Sta. Margarida a Alvorada do Sul todas as medidas foram tomadas, o projeto está concluído e até ao final deste ano esta estrada, também, estará em concorrência e haverá mais um atendimento dentro das obras que estão sendo executadas pelo Estado do Paraná.

Por estas razões entendi que devesse vir a esta tribuna, da mesma forma que daqui apelamos, da mesma forma que daqui dirigimos requerimentos pedindo providências para que fossem essas obras realizadas, entendendo que hoje deve vir a esta tribuna para testemunhar a nossa tradição à atenção e ao trabalho que vem desenvolvendo a Secretaria dos Transportes com referência a essas obras.

Na próxima semana estarão sendo iniciadas as obras da estrada que deverá ligar Primeiro de Maio a Sertanópolis, da mesma forma que o acesso asfáltico tanto reclamado pelo município de Castro, um dos municípios que representamos nesta Casa de Leis.

Hoje, nesta tribuna, apenas para o registro de agradecimento e o registro de satisfação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato, quarto orador inscrito.

O SR. ERNESTO GNOATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto nesta tarde a esta tribuna para focalizar a ida de brasileiros ao Paraguai. Acho que é uma vergonha e é ridículo que colonizadores e paranaenses mantenham escritórios, em nosso território, para venda de terras no Paraguai.

Por este motivo, encaminho à Presidência desta Casa o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o duto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Exmo. Sr. Ministro do Exterior, ao Exmo. Sr. Presidente do Serviço Nacional de Informações do Exército, e, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para que tomem medidas urgentes sobre as famílias brasileiras que são influenciadas em locarem-se no vizinho País, Paraguai.

Sugere o fechamento imediato dos Escritórios de Corretagem de imóveis na venda e permuta de áreas paraguaias, suspensão de créditos bancários às colonizadoras, bem como o controle de divisas das mesmas, fiscalizadas pelo INCRA.

A Companhia de Melhoramentos do Paraná possui maqui-

nários no território Paraguai e vários escritórios com venda de terras em território nacional, facilitando assim o contrabando de famílias brasileiras.

Torna-se vergonhoso e ridículo, pois o Brasil com tantas terras férteis ver a corrida do homem do campo para o Paraguai, motivos devem existir.

Sala das Sessões, em 17 de Setembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, quinto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Peço à taquigrafia que, por favor, procure, com precisão, anotar as minhas expressões, porque não seria a primeira vez que as minhas afirmações são, de uma forma ou de outra, mal interpretadas. Ocorreu ontem neste plenário, e espero não ocorrer hoje.

Hoje, há poucos instantes, um Sr. Deputado do MDB referindo-se ao episódio da formação da Comissão Parlamentar de Inquérito para a Educação, com deslealdade, referindo-se à bancada da ARENA qualificando-a de bancada acovardada, quer me parecer que, da leitura feita desta tribuna por um eminente Deputado do MDB, de uma publicação de um jornal da Capital, quis significar existir na ARENA um segundo time, colocando uns acima de outros, procurando valorizar mais a uns, diminuindo outros, e, nas imputações que se fizeram às outras intenções da bancada da ARENA, pretendeu-se antecipar a ação da ARENA nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Como se nós da ARENA, nesta Casa não tivéssemos a mesma preocupação dos homens do MDB, em permitir-nos o direito de lutarmos por aquilo que consideramos ser justo.

Não nos consideramos, jamais, melhores do que ninguém nesta Casa, pelo contrário, temos dito que todos nós, se fôssemos amados somente pelas nossas qualidades, talvez ninguém nos amasse, eis que defeitos todos nós abrigamos em nosso ser. Mas, entender que nós da ARENA temos a intenção de obstaculizar a ação da Comissão Parlamentar de Inquérito, é prejudicar com maldade, é, Sr. Presidente e Srs. Deputados, permitir que a opinião pública entenda como justa a afirmação de que um passado inteiro de lutas neste Poder, fosse colocado por terra só porque, Sr. Presidente, respeitada a proporcionalidade, que é regimental, se quiséssemos obstaculizar o serviço da CPI, não teríamos feito como fizemos, às pressas, dentro de 48 horas depois de requeridos os membros da nossa bancada para participarmos da CPI podíamos retardar o tempo que quisesse porque não há imperativo constitucional que nos limite prazo, que exija cumprimento de indicação, e indiquei eminentes parlamentares, homens de bem corretos, que, têm acima de tudo, a preocupação de servir aos seus estados e a sua gente; indiquei o nome honrado do eminente Deputado Jorge Sato, dos eminentes Deputados Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, do eminente Deputado Fabiano Braga Côrtes, e porque pretender denegrir o nome de honestos e exemplares representantes do povo, porque, significar que eles pertencem a um segundo time, quando na ARENA não há distinção, porque nós não temos votos de autênticos nem de moderados.

Nós somos uma bancada que permite a cada um deles, expressar o seu pensamento. Quando se pretende induzir a liderança de indicar outros homens, senão o fizemos nesta comissão, falo-emos em outra oportunidade, porque todos eles estão no entender no mesmo nível, e não há nada que assuste este governo. A CPI terá liberdade total de ação, na indicação aqui também quando quiserem e como quiserem para o diálogo que pretendem. O que nós não podemos permitir é que preludem uma ação dos nossos deputados na CPI. E não é tradição desta Casa, se dar Presidência a quel requer CPI. A histórica política deste Parlamento está aí escrita.

Se de um caso de tradição política deste setor, para usurparem se pretendem mudar as rédias dos outros agora, que não se faça cobrando desta tribuna este comportamento que se procure dialogar à nível de bancada.

O SR. PRESIDENTE — A mesa comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. IVO THOMAZONI — Apenas para situar, Sr. Presidente, a bancada da ARENA neste episódio, com justiça, para que não se cometam mais, desta tribuna, Sr. Presidente, a levianidade de atribuir sempre à ARENA, a atuação que não seja aquela a mais digna de um representante do povo. Muito obrigado.

—(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Findo o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

Encontrando-se ausente o Sr. Deputado Muggiati Filho, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao iniciar na tarde de hoje, este pronunciamento, pretendo apresentar à mesa o seguinte requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a publicação nos Anais da Casa dos documentos anexos, que contêm discursos pronunciados, abordando o problema da erosão, pelos Deputados Federais Flávio Giovine e Adriano Valente, nos anos de 1972 e 1975, respectivamente.

Sala das Sessões, em 17 de Setembro de 1975.”

a) BASÍLIO ZANUSSO.

O que pretendemos, Sr. Presidente, é fazer o registro, nos Anais desta Casa, da participação política que procurou solucionar um problema gravíssimo constante no Estado do Paraná e em todo o Brasil, que é a erosão urbana e rural.

E nós, que somos provindos da região Norte e Noroeste, que conhecemos os males deste fenômeno, como tantos outros deputados com assento nesta Casa, não podíamos deixar de fazer este registro que orgulha e enaltece as bancadas federais do Congresso Nacional, através das palavras dos deputados Flávio Giovine e Adriano Valente.

O Deputado Flávio Giovine ao apresentar seu discurso e ao solicitar providências das áreas responsáveis, inicia com estas palavras:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, é minha intenção, através desta Casa, motivar as autoridades executivas federais, no sentido de protegerem uma das regiões agrícolas de maior produtividade da Nação, e cujos problemas característicos colocam em risco, a longo prazo, sua fertilidade, de tão grande importância para o Estado do Paraná e para o Brasil.

Com o sentido de aqui trazer o problema em toda a sua plenitude, lanço mão de dados técnicos colhidos em várias fontes e dentre elas, Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), e Coordenação de Planejamento (COPLAN).

Continuou o ilustre Parlamentar - depois de tecer comentários sobre as características da região Noroeste, sua geologia, sua vegetação, uso da terra - assim falando:

“Quanto à problemática da Região Noroeste do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a existência de terras virgens férteis e a contínua expansão agrícola do café, com boas perspectivas de exploração a preços vantajosos, conduziu para o Noroeste do Paraná grandes massas populacionais voltadas à essa atividade.

A ausência de uma política de colonização que levasse em . . .”

(Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE A Mesa pede aos Srs. Deputados que tomem seus lugares para que o orador tenha a oportunidade de terminar sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa suspende a Sessão por cinco minutos para que a ordem volte ao plenário.

(É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Obrigado, Sr. Presidente.

Diz o Deputado Flávio Giovine, em seu discurso: “A ausência de uma política de colonização que levasse em conta as características geológicas da região ocupada pelo Arenito Caiuá, e que em consequência adotasse as devidas precauções na introdução agrícola, efetuada de maneira predatória, determinou a ocorrência atual de um quadro de graves problemas, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

No primeiro caso, a alteração das condições climáticas da região, por via do desmatamento, a erosão dos solos e sua lixiviação e as consequências daí resultantes; no segundo, a ocorrência de perdas crescentes na atividade agrícola e a depreciação crescente dos investimentos realizados; e finalmente no aspecto social, o desemprego rural, a pressão sobre as áreas urbanas e a marginalização das massas humanas, inaproveitadas socialmente.

Esses problemas guardam estreita relação entre si e decorrem da adoção de práticas errôneas de exploração agrícola, tendendo a agravar-se, a menos que sejam adotadas providências imediatas no sentido de fazer reverter as tendências verificadas”.

Mais adiante, antes de apresentar seu requerimento, ele diz que “em 1967, os 117 municípios que a compõem representavam cerca de 70 por cento da área cultivada do Estado e geravam valores na ordem de 75 por cento sobre o total da produção do Estado. Atualmente, com o crescimento da erosão, acreditamos na minimização daqueles índices percentuais”.

Faz, ainda, uma observação que vale a pena transcrever neste instante: “reivindicando para a recuperação econômica de uma região por demais importantes no contexto das finanças do Estado, o fazemos com todo empenho, bastando lembrar que no exercício de 1969, enfrentando todos os percalços, o Noroeste do Estado do Paraná produziu, segundo dados referentes a esse ano, cerca de dois milhões e cem mil toneladas de produtos agrícolas, no valor de Cr\$ 2.054.000.000,00, sustentando, ainda, um rebanho de 2.000.000 de bovinos e mais de 2.000.000 de suínos”.

E conclui o Deputado naquela oportunidade, de maneira inteligente, pedindo e requerendo que o Sr. Presidente da República de então, determinasse a inclusão da região Noroeste do Estado do Paraná no programa de desenvolvimento do Oeste brasileiro, PRODOESTE, lançado naquela ocasião.

Quero crer que o pronunciamento do Deputado a que me refiro, aliado às palavras de outros líderes, nossos representantes no Congresso Nacional de então, o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, tempos depois foi pessoalmente a Paranavaí, para encontrar-se e discutir com prefeitos da região Noroeste e mesmo com alguns Prefeitos do Sul de Mato Grosso, região componente do Arenito do Caiuá, para tratar preliminarmente da solução do problema da erosão.

Todos nós sabemos que a erosão urbana é difícil de ser combatida, além das exigências de recursos enormes nas cidades, as vossorocas que apresentaram na década de 50, agravando-se em 54, 55 e 56.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Basílio, estamos ouvindo com muita atenção o pronunciamento que V. Exa. faz em torno do problema da erosão, especificamente no Norte do Paraná e na zona Noroeste do Estado.

Nós, cada vez que V. Exa. — e isto já da legislatura passada — ocupa a tribuna, o admiramos cada vez mais, porque V. Exa. a usa como nós outros, para trazer ao conhecimento do plenário da Casa de Leis do Paraná e dos Srs. Parlamentares pronunciamentos aprofundados, de pesquisas maravilhosas e que trazem no seu bojo o verdadeiro interesse da comunidade paranaenses. É esta a razão, nobre Deputado, e pelas suas qualidades pessoais e morais, que o admiramos cada vez mais.

O pronunciamento que V. Exa. traz hoje à Casa, que se baseia fundamentalmente no discurso pronunciado pelo nobre companheiro da ARENA, Deputado Flávio Jovin, com quem tivemos a felicidade de comungar em pensamento e na mesma campanha, é de alta relevância.

Conheço a reivindicação o apelo do seu pronunciamento, e conheço também a manifestação do Ministro de Planejamento. Por isto, quero congratular-me com V. Exa. e lamentar, com V. Exa., que as bancadas de ambos os partidos desta Casa, não houvessem dado a V. Exa. a atenção que o pronunciamento de V. Exa. merece.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Deputado Leopoldo Jacomel, agradecendo as suas palavras elogiosas, quero dizer que V. Exa. como tantos outros Deputados desta Casa, reconhecem a profundidade do problema que preocupa o Estado do Paraná.

Apenas, para em rápidas palavras dizer do valor do resultado, primeiro, conseguido pelo esforço, pelo trabalho desenvolvido pelos componentes do Projeto Noroeste — e daí eu destaco e me permitam os Srs. Deputados e Secretário do Planejamento . . .

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas, eminente Deputado, para que não passe despercebido que estamos, com muita atenção, ouvindo o pronunciamento que V. Exa. faz, para, depois, tecermos os comentários, as considerações e os reparos que forem necessários.

Certamente os 6 Srs. Deputados da ARENA que se encontram hoje em plenário, deverão estar fazendo o mesmo.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Deputado Enéas Faria, agradeço o aparte de V. Exa.

Eu dizia que, como resultado do Projeto Noroeste do Paraná, recebeu recentemente por deferência e deferimento do Sr. Presidente da República, uma reivindicação apresentada com um trabalho, com dados estatísticos, com exposição de motivos, que sofreu apenas um pequeno corte na reivindicação do Paraná.

Que pedia ao Governo Federal a título de fundo perdido, 900 milhões de cruzeiros para o programa que foi liberado segundo informações que tenho, oficiosas, 720 milhões de cruzeiros.

Além daí, os recursos do Governo do Estado e de outros organismos. Mas, gostaria de ater-me, Srs. Deputados, sobre a importância do DOE e mais especificamente, dos engenheiros técnicos no serviço de combate à erosão, do quanto significou o DOE no serviço de combate à erosão do Paraná, bem como não posso deixar a tribuna sem fazer aqui a leitura de um pequeno trecho do Deputado Adriano Valente, de discurso que pedi em requerimento, ser inserido nos Anais da Casa. Quando o Deputado Adriano Valente faz considerações mais amplas sobre o problema da erosão do Paraná e no Brasil que, em certos trechos do seu discurso, ele cita países vizinhos principalmente os Estados Unidos da América do Norte, para justificar pelo menos estas poucas palavras, a inserção de seu discurso, como o de Flávio

Giovine nos Anais desta Casa.

Quando após percorrer os casos específicos do Brasil ele pergunta: "Quanto custa a erosão?". A propósito, convém assinalar que de acordo com dados pelas minhas experimentais do Instituto de Campinas, o Brasil perde, anualmente, por erosão laminar, cerca de 500 milhões de toneladas, equivale ao desgaste de 15 cms de espessura, precisamente, a espessura média do horizonte mais rico e vivo do solo, numa área de 300 mil hectares de terra.

Considerando-se sem esta camada fértil em que se condena a verdadeira vida do solo, este fica estéril e praticamente sem valor para a agricultura. Verifica-se, que anualmente, o País perde cerca de três mil propriedades agrícolas, numa área de cem hectares cada uma.

O Engenheiro Agrônomo Milton Castanholi, também calculou o prejuízo causado pela erosão, em São Paulo, segundo trabalho que apresentou no Primeiro Congresso Panamericano de Conservação do Solo, fornecendo vários dados que bem demonstraram a gravidade do problema'.

E, ao encerrar minhas palavras, Srs. Deputados, e além de apresentar um requerimento que peço a aprovação da Casa, eu não poderia deixar de enaltecer o trabalho desenvolvido pelos Srs. Engenheiros do DOE, especialmente ao Dr. Milton; dos engenheiros residentes em Paranaíba, Cruzeiro do Oeste e Arapongas, e ao Sr. Governador do Estado, o nosso agradecimento que fazemos da tribuna.

E aos Srs. Prefeitos Municipais que deram muito de si, no combate à erosão, que em algumas cidades, estavam ameaçadas de desaparecimento.

E nas nossas palavras, vai o agradecimento mais profundo ao Ministro do Interior e ao Presidente da República para oferecerem agora ao Paraná, aos municípios paranaenses, condições econômico-financeiros para combater este mal terrível que não é só paranaense, mas brasileiro. — (Sem revisão do orador).

OSR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidalcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, alertando que dispõe de vinte minutos.

OSR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, antes uma questão de ordem.

Gostaria que fosse acrescido o tempo em que foi suspensa a sessão, ao horário de que disponho.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conta a história que passada a Segunda Guerra Mundial, passada aquela fase trágica que viveu a Alemanha, passado o grande incêndio que lavrou naquele País sob o Império de Hitler, um Pastor Protestante teria dado seu testemunho sobre as prisões arbitrárias, ilegais e imorais que ali ocorreram.

Teria ele dito, em seu testemunho: "Primeiro eles vieram e levaram os comunistas. Até gostei, porque não apreciava os comunistas. Depois eles vieram e prenderam os judeus. Também não falei nada, achei que não havia nada de mal em prender os judeus. Depois eles vieram e prenderam os padres. Também não falei nada porque tinha divergências com os padres. Depois eles vieram e me prenderam. Então não havia mais ninguém para falar por mim'".

E é isto que ao lembrar este testemunho, quero dizer que quando aqui falo por alguns, também falo por mim. Não falo em nome do meu Partido. Assumo a responsabilidade pessoal por tudo o que disser e direi que achar que deve ser dito nesta hora.

Todos sabemos, primeiro por boatos, já agora também a imprensa do Paraná, liberada, começa a publicar, que desde sexta-feira ocorreram várias prisões no Paraná. Alguns dizem que em número de trinta, outros, doze. Pessoalmente, sei o nome de nove pessoas presas. Três em Londrina, três em Paranaguá, duas em Curitiba e uma em Mandaguari. Outras mais pode haver.

Por que estas pessoas teriam sido presas? Por quem estas pessoas teriam sido presas? Que autoridade determinou a prisão destes elementos no Paraná?

E é de se ver a forma como as prisões ocorreram.

Pessoas sem qualquer identificação, à tarde ou à noite, chegam à casa, e diante da família, dos filhos, sequestram, verdadeiramente sequestram, mediante a violência, e em alguns casos até com usos de arma, pessoas de seu lar, e levam-nas ao desconhecido, ao "Deus dará", e deixam as famílias intranquilas desassossegadas, perturbadas, abaladas moralmente, psicologicamente. Não se identificam, não dão razão, não respeitam, as pessoas, as famílias. E as famílias ficam sem saber se é obra de autoridades, ou se é obra de marginais.

O SR. PRESIDNETE — Esta Presidência interrompe os trabalhos e solicita ao Sr. Secretário que anote o tempo disponível que cabe ao Deputado Osvaldo Macedo, que ocupa a tribuna, até que se restabeleça as condições técnicas do Serviço de Som, para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

(É interrompida a sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão.

Permanece com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Muito obrigado.

Dizíamos nós da forma arbitrária e violenta com que ocorreram essas prisões. Contrariam, inclusive, o que dispõe, ao que declara, ao que impõe, a Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, aprovado pela Organização das Nações Unidas, e subscrita pelo Brasil. Diz o artigo 9º dessa Declaração: "Ninguém será arbitrariamente preso, detido, ou exilado". E foi Pio XII, na alocução aos membros do VI Congresso de Direito Penal, em 1953, que ao comentar esse dispositivo da Declaração, teria ponderado, recomendado, que a prisão não pode obedecer ao capricho, mas deve respeitar as normas jurídicas. Não se pode admitir que mesmo os mais suspeitos possam ser presos arbitrariamente e desaparecerem sem mais do interior de uma prisão.

(Lendo): "Enviar alguém para um campo de concentração e matá-lo, sem nenhum processo regular, é zombar do direito".

E o que ocorreu, Sr. Presidente, é que essas pessoas foram presas, ninguém sabe porque crime, ninguém sabe para que, ou com ordem de que autoridade.

As famílias se puseram a procurar e pedir que, por amor de Deus, dissessem pelo menos onde estão os familiares presos. Procura daqui, procura dali, soube-se que estavam em Curitiba.

No dia de ontem a esposa de um dos presos, a esposa do Presidente do Diretório Municipal do MDB de Londrina, o advogado Luiz Gonzaga Filho, conseguiu entrevistar-se acompanhado do Deputado Muggiati Filho, líder do MDB nesta Casa, do Presidente do Diretório Estadual do MDB, Euclides Scalco, com o Comandante da 5ª Região Militar. E ele foi cortês, foi gentil, confirmou as prisões, mas não precisou o local onde os presos se encontram, nem o local exato em que se encontra o marido daquela senhora. Admitiu receber e entregar roupas e bilhete.

Outros ainda não conseguiram nem esse favor. Encontra-se no recinto da Assembléia esposa de um outro, um simples vendedor de bilhetes na Rodoviária de Londrina, o Sr. João Alberto.

Quem são os Pressos? Alguns filiados ao MDB, um Presidente do Diretório do MDB Municipal de Londrina, outro Vereador do MDB, outro Vereador do MDB de Paranaguá. Os outros,

não os conheço, a não ser de nome, com exceção dos residentes em Londrina.

Ao que sei e posso atestar pelos que conheço de Londrina, são homens trabalhadores, são homens pacatos, homens ordeiros. Um advogado, Presidente do Diretório Municipal do MDB, foi por muito tempo Secretário da Prefeitura, Chefe de Gabinete, diretor do Serviço de Pavimentação quando Prefeito o Dr. Dalton Paranaguá. Outro, um vereador, já no seu 2º mandato, pai de 11 filhos, um metalúrgico. Um homem que, já idoso, foi estudar, foi frequentar os bancos escolares. O outro, um trabalhador, empregado da Viação Garcia, vendedor de bilhetes na Estação Rodoviária. Os vizinhos, os conhecidos, dão boas informações sobre eles. Nada conheço que os desabone. Os membros, realmente, do MDB. Teria dito o Sr. Comandante da Região Militar e o Sr. Ministro da Justiça, que as prisões seriam por motivos ideológicos. Por motivos ideológicos? O MDB, no que diz respeito ao MDB, ele tem seu programa registrado na Justiça Eleitoral. Programa conhecido, que prima pela luta pelo estado de direito, pela volta às franquias democráticas neste País. O MDB, na verdade, comporta das mais variadas tendências e origens, porém voltados unicamente para os princípios democráticos.

Os que se filiam ao MDB estão obrigados, como estão obrigados os que se filiam à ARENA, a respeitar seu Estatuto, seu programa. Mas, por questões ideológicas diz a Constituição e esse dispositivo não está derogado que, por convicção política, religiosa ou filosófica ninguém pode ser preso. Mas, a verdade é que foram presos. Foram presos porque vivemos, na verdade, num regime de exceção.

Admite-se a prisão de alguém quando culpado, quando com culpa, mas que essa prisão obedeça as normas elementares de direito. Prenda-se, mas prenda-se com mandado, em flagrante ou com mandado da autoridade competente. Nada disso ocorreu e os direitos mais elementares foram feridos, foram atingidos.

O Presidente do MDB de Londrina é advogado e nem a prisão especial lhe foi dada. A Ordem dos Advogados deu a permissão a que um advogado o assistisse. E diz a lei, ao que entendemos, que quem está no exercício da advocacia tem o ato de exceção, tem direito a prisão especial. Um advogado tem direito à prisão especial e não pode, mesmo com base nas leis de exceção, ficar incomunicável. Ainda hoje, teria sido requerido o fim dessa incomunicabilidade.

Tenho para mim que enquanto o Ministro da Justiça diz lá em cima que incomunicabilidade não existe, a verdade não tem sido esta porque ninguém sabe em que local está, nem a prisão certa em que essas pessoas se encontram.

Vivemos, na verdade, num clima de valores distorcidos, num clima até de temor porque as famílias estão aterrorizadas, as famílias estão amedrontadas, temendo hoje, já não pela segurança física dos presos, uma vez que sabem que o próprio Comandante da Região Militar disse-os bem tratados, disse-os resguardados na sua integridade física. E nós confiamos naquela autoridade, confiamos que, realmente, as pessoas que foram presas terão a sua integridade física respeitada, para que se respeite o que consta da Constituição Federal de que impõem-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário. Acreditamos que se respeite a integridade física de todos eles. Mas, acreditamos e esperamos mais, que nenhum mal daí ocorra, porque pomos em dúvida já, agora qualquer prova e qualquer acusação que se fizer contra essas pessoas dada a forma que essas prisões ocorreram e dada a incomunicabilidade que permanecem até agora.

O princípio de Direito do sistema americano diz: que todo o fruto, todo o resultado, toda a prova obtida por meio ilegal é também ilegal e, também, sem nenhuma validade e sem nenhuma prestabilidade. Diz-se: O fruto da árvore viciosa é um fruto que nasce com vício. Tenho para mim que toda e qualquer prova, toda e qualquer acusação que resultarem para essas pessoas será fruto de árvore viciosa, porque foram obtidas não pelos

meios legais, não pela forma correta, não em respeito aos direitos e as garantias individuais que devem ser respeitadas e resguardadas por toda e qualquer autoridade.

As Leis de exceção que existem neste País ofendem a qualquer um, de qualquer país civilizado: ofende o regime democrático e faz com que em vez da autoridade provar a culpa de alguém, alguém ou a pessoa é que deva provar a sua inocência.

Ao que me consta ninguém pode ser preso, nem mandado, sem condenação ou senão em flagrante. E não houve isso, não houve crime, crime nenhum. Se for um crime ideológico a Constituição diz que não. Ninguém pode ser punido por isso. Ou preferirão alguns envolver o MDB e pretendendo envolver o MDB pretenderão impedir o caminho do país para o regime democrático, para a volta do estado de direito. Talvez há em alguns este clima de terror, este clima de medo, este incêndio que lavra o País, esta noite que fica mais escura, talvez para alguns isto seja benéfico, isto sirva aos seus interesses, mas não serve aos interesses do País, não serve aos interesses do povo, não serve aos interesses de qualquer cidadão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez os que não queiram o estado de direito, talvez os que tenham visto a inviabilidade de se manter esta situação e que tenham visto no MDB aquilo que realmente o MDB é, a imagem da democracia e o verdadeiro caminho para a democracia neste País, pretendam envolver uns ou outros, pretendam comprometer e envolver todo o MDB, para acabar com a estrutura política que ainda mal das pernas, ainda mambembe existe neste País. E a questão desperta o interesse e exige a atenção não só do MDB, mas também da ARENA, porque eu creio e estou convencido de que, muito embora também os membros da ARENA e pedidos e manifestações em determinadas circunstâncias não concordem e não compactuem com esta situação esdrúxula, com esta situação de arbitrariedade, estou convencido de que a todos neste país, de que aos políticos e os políticos são os que auscultam a vontade e a aspiração popular. A eles interessa e convém, porque convém ao país e porque se impõe ao País, a volta do estado de direito, a volta do sistema democrático, que permitirá então o desenvolvimento, com justiça e com equanimidade.

Rezemos, Sr. Presidente, para que esta noite seja breve, para que a saída do túnel esteja próxima e para que arbitrariedades desta ordem não se repitam. E devemos dizer alto e a bom som a todo o Paraná, que o MDB está consciente de sua posição, que o MDB está consciente da sua responsabilidade e da sua missão. Não fugirá ao seu programa e não fugirá à sua responsabilidade, e continuará a não pedir atestado ideológico a todo e qualquer brasileiro que nele queira se filiar para lutar pela democracia, para lutar pelo estado de direito. Tenho comigo, que inclusive aqueles que nesta hora não podem falar ou acham que não devam falar como não pode ou não falou aquele pastor protestante, deixarão, mais cedo ou mais tarde, de fazer parte da maioria silenciosa e, irão solidarizar-se conosco nesta luta; virão empenhar a sua palavra e emprestar a sua voz nesta luta, porque já agora nós notamos que em todo o País houve uma reação, houve como que uma repulsa a atos arbitrários desta ordem, no plano estadual, no plano federal e no plano municipal. É porque, já tanto tempo passado, ninguém aceita mais que os valores continuem distorcidos, que a verdade passe a ser inverdade, que o certo passe a ser erro, ou que o mal continue sendo mal".

O SR. DEL CIEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Osvaldo Macedo, que com este pronunciamento valoriza esta Casa e a classe político-brasileira.

O meu reconhecimento e o mau aplauso.

Trago a minha palavra em aparte, analisando e mostrando o quadro relacionado aos londrinenses detidos que conhecemos, e como bem o disse V. Exa., Luiz Gonzaga Ferreira, advogado

brilhante, militante, Chefe de Gabinete da Administração Municipal por longo tempo, posteriormente Diretor-Presidente do PAVILON, autarquia de pavimentação asfáltica da nossa cidade, homem que honra a sociedade londrinense com o seu trabalho e com a sua presença em nossa cidade — e por outro lado, ex-companheiro meu de Câmara Municipal, Vereador Geneci de Souza Guimarães, que certa vez, em um debate naquela Casa Parlamentar em defesa do salário justo para os trabalhadores da sua cidade, do seu Estado e do seu País, quando acuado em aparte por um parlamentar do partido arenista, indagava ele:

— Terei eu cometido um único crime em minha vida? Se for crime, por ele devo ser condenado? trabalhei durante toda a minha existência, para a criação de todos os meus filhos, e talvez tenha cometido o crime de empobrecimento ilícito.

É um vereador atuante do parlamento municipal londrinense que sempre mereceu o nosso respeito e hoje se encontra como diz V. Exa. em destino ignorado.

É oportuno o discurso do ilustre Deputado, inteligência brilhante deste Parlamento, e nos permitimos assim, para trazer a nossa adesão ao pronunciamento de V. Exa. nesta oportunidade em defesa do cidadão brasileiro que tem os seus direitos desrespeitados na qualidade em que vivemos.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO MACEDO — Muito obrigado, nobre Deputado Del Ciel, Queria para concluir, dizer que na luta pela democracia, na luta pela volta do Estado de direito, poderemos perder, poderemos ser derrotados; mas lutaremos, outros poderão vencer, os que não querem que os direitos sejam respeitados, os que não querem que a pessoa humana e que as suas famílias tenham segurança e tranquilidade; os que não querem que o homem produza em paz e pense livremente.

E não sei porque, e bem a propósito, eu gostaria de repetir aqui para concluir as mesmas palavras que um dia Miguel de Unamun dirigiu ao General Milan Astray, durante a guerra civil espanhola, teria dito ele, diante da força de então:

“Vencereis porque possuis mais do que a força bruta necessária; Vencereis mas não convencereis e nem persuadireis, porque para persuadir e para convencer é preciso ter justamente isso, que lhe falta, Razão e Direito”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielso Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/75, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Futebol, Sociedade Civil com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável**, da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 06/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 177/74, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional de Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, objetivando coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.S. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 37/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 162/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME, órgão, da Presidência da República, visando distribuição de produtos farmacêuticos à

população de baixo poder aquisitivo. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.S. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 64/75, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a “Ação Comunitária” Iratiense”, com sede na cidade de Irati. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 44/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 31/75, que aprova convênio celebrado entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública, com o Instituto do Câncer da cidade de Londrina, visando implantação de programa de Combate ao Câncer, conforme especifica. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.S. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44/75

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde, com o Instituto do Câncer de Londrina, visando a implantação do Programa de Controle do Câncer em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde, e com o Plano de Campanha Nacional de Combate ao Câncer.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 31/75 PARECER

1 — Pela mensagem em referência, busca o Chefe do Poder Executivo o “referendum” desta Casa ao convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública, com o Instituto do Câncer de Londrina.

Objetivo do convênio é a implementação do Programa de Controle do Câncer, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde, e com o Plano da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, aprovado pelo Presidente da República.

2 — Nenhum óbice legal existe à aprovação do convênio em referência, sendo bastante claro o interesse da coletividade na sua celebração.

Somos pela aprovação do convênio.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44/75

1 — O presente projeto visa aprovar o convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde Pública, com o Instituto do Câncer de Londrina, visando a implantação do Programa de Controle do Câncer em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde e com o Plano de Campanha Nacional de Combate ao Câncer.

2 — No âmbito das atribuições desta Comissão, nada temos a opor ao projeto.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1975.

a) DAVID FEDERMANN — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/75, de autoria do

Deputado Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a avenida Munhoz da Rocha Neto, que liga a sede do município de Santo Antonio da Platina ao povoado de Platina. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 04/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a asfaltar a Avenida Munhoz da Rocha Neto, que liga a sede do Município de Santo Antonio da Platina ao povoado de Platina, numa distância aproximadamente de 8 quilômetros.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

O povoado de Platina, no município de Santo Antonio da Platina, dista apenas 8 quilômetros, aproximadamente, e é um núcleo populacional de mais de 2.000 mil habitantes.

Há mais de 20 anos, foi construída a Avenida Munhoz da Rocha Neto, que liga a sede do município de Santo Antonio da Platina por onde é feita o transporte de cargas que por estrada de ferro chega normalmente àquela localidade, e, também por ele é feito o transporte de passageiros e moradores com destino ao centro do município. Acontece, porém, que durante os longos vinte anos, a praticabilidade dessa artéria, somente tem sido feita em época das secas, pois, em épocas das chuvas a mesma fica totalmente intransitável.

Daí a razão da nossa iniciativa o que, certamente, merecerá a atenção e o apoio dos ilustres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 4/75

PARECER

1 — O presente plano de lei, de autoria do nobre deputado Benedito Lúcio Machado, visa autorizar o Poder Executivo a asfaltar a Avenida Munhoz da Rocha Neto, que liga a sede do município de Santo Antonio da Platina ao povoado de Platina, numa extensão de aproximadamente oito quilômetros.

2 — O objetivo do nobre autor do projeto é elogiável, pois visa levar benefício a um núcleo populacional de mais de 2.000 habitantes.

Todavia, o projeto fere frontalmente o disposto na Constituição Estadual, em seu artigo 33, que reserva ao Governador de Estado a iniciativa das Leis que criem ou aumentem a despesa pública, mesmo as de caráter meramente autorizatório.

3 — Nessas condições, o nosso parecer é pela rejeição do projeto, por INCONSTITUCIONAL.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4/75

1 — O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Benedito Lúcio Machado, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a asfaltar a Avenida Munhoz da Rocha Neto, que liga a sede do município de Santo Antonio da Platina ao povoado de Platina, numa distância aproximadamente de 8 quilômetros.

2 — À esta Comissão não compete a apreciação da propo-

sição do ponto de vista legal, mas da sua oportunidade, no interesse coletivo.

3 — Evidentemente, a justificativa feita pelos autos do projeto, deixa clara a necessidade da obra, razão pela qual somos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1975.

a) ALFREDO GULIN — Presidente

a) LINEU M. TURRA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 04/75

PARECER

Visa a iniciativa do ilustre Deputado Benedito Lúcio Machado, dotar a cidade de Santo Antonio da Platina uma estrada condigna com o progresso da comuna. Nada mais justo para a população o seu Projeto de Lei.

Apesar de receber da douda Comissão de Constituição e Justiça parecer contrário quanto a sua Constitucionalidade, somos favoráveis à iniciativa desta natureza.

Daí o nosso parecer favorável ser, à APROVAÇÃO, pois a matéria tem caráter meramente autorizatório, ficando o poder público com o livre arbítrio de acatar ou não a justa iniciativa.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) LUIZ CARLOS ZUK — Relator

— Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para discutir). Sr. Presidente, o meu projeto de lei que leva o nº 4/75, declarado eivado de inconstitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, recebeu de outras duas Comissões, pareceres favoráveis por se tratar de uma obra que, embora não se enquadre no plano prioritário do Governo, por si só é prioritária. Trata-se do pedido de asfaltamento de uma via pública que liga o centro de meu município a um dos povoados daquela localidade e estação ferroviária da comunidade platinense.

Ao discutir o meu projeto de lei, gostaria de pedir a ambas as bancadas — a de meu Partido e a do Governo — que dessem o apoio integral para a aprovação deste projeto, porque tenho a certeza de que ele corresponde, acima de tudo, à vontade do excelentíssimo Sr. Governador do Estado. E acredito que mesmo parecendo, segundo determinação constitucional, ser eivado de inconstitucionalidade este projeto de lei, por ser de atribuição exclusiva do Executivo, por haver necessidade de aplicação de recursos, mesmo assim entendo que o Governador do Estado, ao saber este projeto aprovado por esta colenda Assembléia Legislativa, irá sancioná-lo porque ele reconhece que aquela via pública, que deveria estar pronta há mais de quinze anos, num trecho de mais ou menos oito quilômetros, não exige dispêndio de grande quantia.

Este projeto, além disso, dará ao Governador a oportunidade de perpetuar a sua administração dentro do município de Santo Antonio da Platina, que é um dos municípios mais progressistas do Norte pioneiro do Paraná e, vale a pena dizer nesta oportunidade, o município que até hoje foi o mais esquecido por todos os Governos que por este Estado passaram.

Como já disse, Sr. Presidente, a minha vinda à tribuna é para apelar às duas bancadas que dêem o voto pela aprovação de meu projeto, porque estaremos dando o voto de apreço e interesse comum de um município que congrega quase 50 mil habitantes. Seus votos representarão a realização objetiva de uma das reivindicações do meu povo, do povo de Santo Antonio da Platina.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. JURAÍDIR MESSIAS — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apesar dos pareceres contrários ao presente projeto de autoria do nobre Deputado Lúcio Machado, entende este Parlamentar que este projeto vem atender as necessidades e os interesses de uma comunidade.

Portanto, concito a minha bancada, a bancada da ARENA, que vote favoravelmente ao referido projeto.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Em votação. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 98/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de Utilidade Pública a Fundação Farid Surugi, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 98/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Fundação Farid Surugi, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975.

a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Farid Surugi que, com o presente plano de Lei, se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos constantes do Decreto Federal nº 50.517, de 02 de maio de 1951 e Lei Estadual nº 4.399, de 17 de agosto de 1961, estando regularmente registrada e prestando relevantes serviços à coletividade, sendo que não visa lucro e nem distribui dividendos ou gratificações aos seus Diretores, os quais exercem essas funções em caráter gratuito.

Os familiares do falecido ENGENHEIRO FARID SURUGI, no sentido de concretizarem um antigo desejo seu, eis que já vinha mantendo uma creche com atendimento, médico-ambulatorial, aos funcionários da firma FARID SURUGI S/A ENGENHARIA-CONSTRUÇÕES e de suas subsidiárias, atendimento esse estendido aos familiares dos mesmos, em setembro do ano de 1971 instituíram uma fundação que, numa justa homenagem ao seu idealizador, passou a denominar-se de FUNDAÇÃO FARID SURUGI. Para dar corpo à mesma, dando-lhe, assim, personalidade jurídica, fizeram a doação do imóvel à rua Silva Jardim ns. 4.286 e 4.278 para que ali passasse a funcionar a fundação e atender às seguintes finalidades, sem qualquer outro objetivo senão o de dar melhores condições humanas aqueles que, laboriosamente, colaboram para o desenvolvimento das firmas pertencentes ao grupo FARID SURUGI S/A ENGENHARIA-CONSTRUÇÕES.

- Complementarmente, prestar assistência social e previdenciária aos seus empregados, de todas as categorias, e a seus familiares, principalmente às crianças;
- Recreação e bem estar social;
- Proteção na velhice, na invalidez, na viuvez e na orfandade, assegurando-lhes a mais completa assistência médico-farmacêutica;
- Estabelecer convenio, em regime de reciprocidade, com entidades congêneres, bem como acordos com instituições previdenciárias de caráter oficial, e hospitalares;
- A sua ação deverá distinguir-se pela rapidez dos auxílios, tão amplos quanto permitirem os seus recursos financeiros;
- Auxílios complementares de aposentadoria, montepio ou pensões;

- Assistência médico-hospitalar, dentária, farmacêutica, amparo às gestantes, proteção e cuidado à criança;
- Fundação de uma cooperativa de consumo;
- Caixa de empréstimos de emergência;
- Auxílios de férias;
- Quaisquer outras obras e serviços que tenham caráter social, na medida das disponibilidades financeiras;
- PARÁGRAFO 1º DOS ESTATUTOS — “pagamento complementar das aposentadorias e pensões oficiais até os níveis dos respectivos salários poderá ser feito quando o funcionário se invalidar ou falecer no exercício de suas funções;
- Aos empregados com mais de 10 anos de serviço na Empresa:

1) — Empréstimos sem juros, mas sujeitos à correção monetária

2) — Empréstimos para a construção de casa própria em quantia e prazo de resgate que serão fixados em regulamento próprio a ser elaborado.

A fim de ter condições de receber doações que permitam exercer a finalidade a que se propõe, e permitir aos doadores o benefício do desconto em sua declaração do imposto de renda, a Fundação deverá ser reconhecida como de utilidade pública nas esferas federal, estadual e municipal fato esse previsto no art. 5º da Escritura Pública da sua instituição.

Dentro de suas atividades ambulatorial e acompanhado do desenvolvimento e crescimento das empresas que constituem o grupo econômico FARID SURUGI, o seu ambulatório médico, que presta assistência cotidiana aos funcionários e respectivos dependentes, vem experimentando um movimento cada vez mais intenso, havendo época em que esse movimento é tão inusitado que houve necessidade de aumentar de uma hora o expediente para poderem ser atendidos todos os que dele se socorrem. Quando se trata de funcionários, estes são encaminhados mediante guia fornecida pelo escritório central com a finalidade de exercer fiscalização e controle indispensáveis, porém, quando se trata de dependentes, estes se encaminham diretamente, munidos de documentos que comprovem essa qualidade para serem atendidos. Para atendimento desse pessoal, o ambulatório conta com médico clínico e médico pediatra, auxiliados, cada um, por enfermeira da sua especialidade.

Tendo em vista que somente a Empresa FARID SURUGI S/A Engenharia-Construções conta em seu quadro, com mais de 1.200 empregados e o atendimento médico se estende aos seus familiares, estima-se em cerca de 5.000 pessoas o total que pode se utilizar dos serviços em referência.

A farmácia, que funciona anexa ao ambulatório, tem sido de grande valia para a maioria absoluta dos enfermos que se beneficiam de tal recurso, sem desembolsar nenhum centavo, eis que essa medicação lhes é fornecida absolutamente grátis.

Para uma melhor avaliação do quanto representa o trabalho desenvolvido pelo ambulatório, passamos a demonstrar, estatisticamente, o atendimento somente no primeiro trimestre do corrente ano:

	JAN/75	FEV/75	MAR/75
Homens	360	656	764
Mulheres	29	51	48
Dependentes	3	18	55
	416	725	867
Injeções Aplicadas	293	653	684
Curativos e pequenas cirurgias	86	285	355
Medicamentos, distribuídos em unidades	2.426	2.363	

A Fundação Farid Surugi encontra-se devidamente regularizada, com registro sob n.3233 em 19/6/74, no 1º Registro de

Títulos e Documentos, e com seu registro na Secretaria da Receita Federal já deferido para isenção de pagamento do imposto de Renda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 98/75

P A R E C E R

1- O presente plano de lei, de autoria do nobre deputado Accioly Neto, objetiva declarar de utilidade pública a Fundação Farid Surugi, com sede, nesta Capital.

2- A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública preenche os requisitos legais para tal. Assim é que temos no artigo 1º do Decreto nº 50.517, de 1961, o qual regula a Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935, norma que faculta a declaração de utilidade pública às Associações, Sociedades Cíveis e FUNDAÇÕES, que sirvam desinteressadamente à coletividade.

A Fundação Farid Surugi atende esse requisito, pois está legalmente constituída e presta relevantes serviços à coletividade conforme se constata da justificação que acompanha o projeto.

De outro lado, preenche ainda, os demais requisitos legais, pois não visa lucro, não distribui dividendos aos seus associados, não remunera os seus diretores e nem distribui qualquer outra vantagem de ordem financeira aos membros da diretoria, que exercem seus cargos gratuitamente.

3- Do exposto, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) DENI SCHWARTZ – Relator.

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Canal 4 - televisão Iguaçu, por levar imagem em cores e de primeira qualidade, ao oeste do Paraná. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja instalado um Posto de Saúde, no distrito de Boa Esperança do Iguaçu, município de Dois Vizinhos. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão composta de cinco membros desta Casa, para participarem a Assembléia Legislativa no 1º Encontro Paranaense de Suinocultura, a realizar-se nesta Capital. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, formulando apelo no sentido de que seja interditado o Edifício Independência, localizado na Praça Tiradentes, em razão do perigo que aquele prédio representa para a comunidade. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, relacionadas ao cumprimento do Código de Posturas do Município. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Sr. Ministro do Exterior, Sr. Presidente do Serviço Nacional de Informações do Exército e ao Sr. Governador do

Estado, no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes, sobre famílias brasileiras que são influenciadas em locarem-se no Paraguai. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, lido da tribuna, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, dos discursos pronunciados pelos Srs. Deputados Federais Flávio Giovine e Adriano Valente, nos anos de 1972 e 1975, abordando o problema da erosão. – APROVADO.

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 18, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 93/75.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nºs 06/75 e 37/75 e do Projeto de Lei nº 64/75.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 44/75 e dos Projetos de Lei nºs 04/75 e 98/75;

marcando ainda, uma sessão, para sexta-feira dia 19, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei nºs 46/71, 145/74 e 35/75.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA Nº 505/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.º 9075, de 12 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários MERCHID BELICH FILHO, ocupante do cargo de Oficial Legislativo nível PL 23 e JOSÉ CARLOS PEREIRA, ocupante do cargo de Oficial de Administração nível PL 22, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de setembro de 1975. –

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 504/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.º 8924 de 10 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a ALCEU IVO COSTACURTA, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. –

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.